



ISSN: 2595-5713

Vol. 03 | N°. 6 | Ano 2020

Ricardo Ossagô de Carvalho

PROJETO DE ESTADO BINACIONAL: CONTEXTO POLÍTICO INSTITUCIONAL DE UNIDADE E SEPARAÇÃO DA GUINÉ BISSAU E CABO VERDE

**BINATIONAL STATE DRAFT: INSTITUTIONAL POLITICAL
CONTEXT OF UNITY AND SEPARATION OF GUINEA BISSAU AND
CAPE VERDE**

RESUMO: Este artigo analisa o complexo processo de Estado Binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde proposto estrategicamente por Amílcar Cabral. Dois países ligados por laços históricos que formularam lutas conjuntas para as suas independências, criando a Unidade de Estado Binacional. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo analisar os motivos pelos quais a Unidade de Estado Binacional acabou por não ir adiante e Guiné-Bissau e Cabo Verde, não apenas cortaram relações diplomáticas, como também, entraram em profundas ditaduras. Assim, o fim do Estado Binacional significou a desestruturação da democracia em ambas as nações.

PALAVRAS-CHAVE: Guiné-Bissau e Cabo Verde; Estado Binacional; Independência; Unidade e Separação.

ABSTRACT: This article analyzes the complex process of binational state between Guinea-Bissau and Cape Verde strategically proposed by Amílcar Cabral. Two countries linked by historical ties that have formulated joint struggles for their independence, creating the Binational State Unity. Thus, this article aims to analyze the reasons why the Binational State Unit ended up not going ahead and Guinea-Bissau and Cape Verde not only cut diplomatic relations, but also entered into deep dictatorships. Thus, the end of the Binational State meant the disintegration of democracy in both nations.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

KEY WORDS: Guinea-Bissau and Cape Verde; Binational State; Independence; Unity and Separation.

PROJETO DE ESTADO BINACIONAL: CONTEXTO POLÍTICO INSTITUCIONAL DE UNIDADE E SEPARAÇÃO DA GUINÉ BISSAU E CABO VERDE

Ricardo Ossagô de Carvalho ¹

Introdução

Guiné-Bissau e Cabo Verde são dois países ligados pelo processo histórico e consanguíneo. Liderados por Amílcar Cabral, na idealização do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde - PAIGGC, tinham dois propósitos político e ideológico: o primeiro que visava à luta pela independência dos dois países por meio da expulsão do colonizador português; e o segundo, era o projeto de união orgânica dos dois países em um só Estado binacional. A independência foi alcançada na Guiné--Bissau, unilateral, em 1973, e oficial, em 1974, e em Cabo Verde, em 1975. Após essas conquistas, os dois países começaram a se empenhar no segundo objetivo, que era a unificação dos dois Estados; tarefa que desde o seu início se afigurou coisa não muito fácil que, infelizmente, após a morte de Amílcar Cabral, não se concretizou, tendo o seu epílogo na fatídica noite de 14 de novembro, “quando uma complexa insurreição militar encabeçada por João Bernardo Vieira ‘Nino’ destituiu do poder Luís Cabral na Guiné-Bissau, tendo entre outras consequências o desmantelamento do projeto da unidade Guiné e Cabo Verde” (FERNANDES, 2007, p. 10).

Após as independências nacionais, os dois países estavam diante de duas grandes tarefas a serem resolvidas. A primeira tarefa era a da reconstrução nacional e a segunda seria a da construção da unidade entre os dois Estados - um dos pontos do programa maior do PAIGC, que era considerado um dos sonhos ideológicos e político de Amílcar Cabral. Porém, podemos perceber que a unidade partidária forjada na luta já estava realizada no âmbito do partido e que, portanto, a unidade política foi determinante para a unidade institucional. Mas também se nota que os autores do documento que preconizavam essa unidade deixavam, entretanto, em aberto duas questões fundamentais: o nome a dar à União a ser feita e a cidade onde deveria situar-se a sua capital.

Neste artigo, vamos discorrer por meio de uma análise sintética sobre alguns pontos principais do processo que motivou a ideia da união que realmente deu certo, em termos de partido. Para alguns autores, essa unidade pretendida era uma forma de retirar do inimigo comum no período da mobilização e, conseqüentemente, da luta de libertação nacional (Portugal) a possibilidade de explorar as contradições existentes entre os guineenses e cabo-verdianos, de

¹ Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira - UNILAB, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e-mail: cienciapolitico@unilab.edu.br

modo a enfraquecê-la face ao mesmo. Ao mesmo tempo, vamos analisar o processo de ruptura, embora não seja o foco central deste artigo, mas se torna relevante para compreender de forma geral como isso impactou institucionalmente na formação do Estado da Guiné-Bissau e no seu contexto geoestratégico da política externa para nos ajudar a compreender o desnível do processo de formação do Estado e a política externa guineense.

1 - DESENHO INSTITUCIONAL DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E DE RUPTURA DO ESTADO BINACIONAL, ENTRE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE.

Podemos centrar a história da Guiné-Bissau e de Cabo Verde desde a época do “descobrimento” (in)vasão dos portugueses na Costa d’África, mas vamos limitar a nossa análise do período a partir de meados do século XX, com o processo da unidade, que vai a partir do surgimento do PAIGC, em consequência do processo de luta que este partido desenvolveu para a autodeterminação dos dois povos, que, em nossa opinião, pode conduzir qualquer outro autor à incompreensão de como se desenhou o percurso da relação de aproximação entre os dois povos e/ou dois países. Essa fase começou a ser arquitetada pelos portugueses nos primórdios da colonização, quando começaram a levar habitantes da costa ocidental africana para o arquipélago de Cabo Verde, em função, principalmente, do tráfico negreiro, como destaca Semedo,

sabe-se que até 1879, de acordo com a Carta de Lei de 18 de março, a Guiné administrativamente, estava vinculada às orientações do administrador provincial de Cabo Verde. No entanto, não podemos afirmar que o princípio da unidade iniciada pela colonização fosse igual àquela que o PAIGC depois tentava construir. Isso porque, a unidade no primeiro momento além de não ter uma base ideológica real, centrava-se mais na união orgânica formal tendo como prioridade o aspecto físico-comercial, devido aos interesses econômicos que Portugal tinha na região. E, no entanto, não se pode dizer que Amílcar Cabral ao fundar o PAIGC em setembro de 1956 não levou em consideração o processo histórico e cultural dos dois povos. É óbvio que levou isso em consideração, porque, aliás, ele é o resultado da “unidade” iniciada pela colonização, e depois, apenas atribuiu à nova unidade (SEMEDO, 2009, p. 51).

Com base na citação acima, entendemos que uma unidade que transcendia a relação econômica e histórica se fundamentava na construção de uma consciência coletiva, tanto que, para Manuel Santos,

[...] as transformações sociopolíticas do continente africano e do mundo em geral, abriram uma perspectiva importantíssima no processo da unidade das populações de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, e o PAIGC como sendo catalisador decisivo na tentativa de abolir as barreiras sociais até então existentes entre as duas nações (SANTOS, 1989, p. 193).

Neste caso, em termos de análises, é bom ressaltar três aspectos que achamos importantes e relevantes nesse desenho institucional do processo de construção do projeto binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde: o primeiro a ser considerado é a realidade físico-geográfica de Cabo Verde, que não era propícia ao tipo de resistência ao colonizador, idealizada pelo PAIGC, tendo em consideração que, além de ser um conjunto de 10 pequenas ilhas, é uma região árida, isolada no meio do Atlântico a algumas milhas do continente; o segundo aspecto é a relação histórica pré-existente entre os dois povos e também a necessidade de fazer da união a força para enfrentar o inimigo comum com os mesmos desejos; e, por último, o terceiro era a dificuldade de conduzir uma mobilização bem-sucedida nas ilhas, pois o estatuto diferenciado de que gozavam os cabo-verdianos era um entrave aos propósitos do PAIGC para que a mobilização pudesse ter sucessos. Essa era a consciência que Amílcar Cabral tinha da realidade e que procurou encontrar na aliança mecanismos viáveis para o desenvolvimento da luta de libertação nacional. No mais, conforme podemos observar na sua reflexão em relação ao princípio da unidade dos dois países, no qual a teoria nos fornece o fundo histórico para compreender a sua posição principal, enquanto um mentor da ideologia, dizia Fernandes, que,

[...] para nós o problema da unidade da Guiné e Cabo verde não se põe por uma questão de capricho nosso e ou é porque Cabral é filho de cabo-verdiano, nascido em Bafatá, que tem grande amor pelo povo da Guiné, mas também grande amor pelo povo de Cabo Verde. “Não é nada por isso, embora seja verdade”. Afirma que: “a razão fundamental da luta pela unidade da Guiné e cabo Verde é a própria natureza da Guiné e Cabo Verde” e acrescenta ainda que “por natureza, por história, por geografia por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só” (FERNANDES, 2007, p. 53).

É com base nesse sedimento histórico que Amílcar Cabral arquitetou todo o edifício político para a União Orgânica entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Também, fazendo referência a essa análise, podemos notar que referente aos seus argumentos, do contexto do texto, a unidade pretendida por Cabral, pelo menos na primeira fase da luta, ao nosso entendimento, não era mais do que uma aliança estratégica para combater o colonialismo.

Cabral escolheu Guiné-Bissau para arquitetar a luta, porque, diferentemente de Cabo Verde, reunia condições necessárias à prática revolucionária mais segura, por contar não só da ligação das fronteiras terrestres dos países vizinhos, caso necessitasse de fuga e ou recuo, mas também aproveitando o sentimento de revolta à colonização, que era mais visível no comportamento dos nativos da então Guiné-Portuguesa, pois o tratamento que Cabo Verde recebia era diferenciado e grande parte da sociedade era favorável à presença colonial no arquipélago. Além dos aspectos mencionados, a unidade também teve importância social na medida em que procurou criar uma identidade entre classes sociais e diferentes grupos existentes

na Guiné-Bissau; e Cabo Verde, por sua vez, além de ser uma sociedade homogênea, diferentemente da parte continental da África, possuía uma estrutura social de cidadãos com nível acadêmico mais avançado; por isso, contribuiu majoritariamente com a parte da massa crítica do movimento de libertação que se incumbia mais do aspecto burocrático, organizativo e diplomático. Já Guiné-Bissau, por seu turno, e devido à condição do indigenato que lhe fora imposta, concentrou-se à força mais na parte operacional, dirigindo as ações da guerrilha na luta de libertação nacional, como sublinha Handem, “é desta unidade, baseada numa vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer à luta e é desta luta que vai emergir a consciência nacional, compreendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as suas fronteiras étnico-sociais, ou seja, uma comunidade pluriétnica” (HANDEM, 1989, p. 270).

Como podemos ver, a partir do contexto acima mencionado, vale a pena sublinhar também que, além do PAIGC, na Guiné-Bissau também existiam outros grupos com os mesmos princípios nacionalistas e mais radicais em alguns aspectos; e esses grupos nunca concordaram com a unidade entre os dois países e se opuseram à unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, pois, de forma direta ou indireta, influenciaram a ala guineense do PAIGC, que nunca concordou com essa ideologia, mas ao menos deixou passar o período da luta de libertação para poder concretizar o objetivo maior: a independência. “Entre essas organizações, estavam a União Patriótica Anticolonialista da Guiné-Bissau (UPANG), a Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG) e a FLING (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné)” (SEMEDO, 2011, p. 106-107), que foi a mais tradicional opositora do PAIGC e da unidade da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A propósito, sobre essas organizações, principalmente a primeira, o objetivo era acabar com o que eles chamavam de “neocolonialismo cabo-verdiano na Guiné-Bissau” e com a aproximação que o país tinha com os países de tendências socialistas do Pacto de Varsóvia e de Cuba. Apesar de viver sob um regime que não lhe forneciam possibilidades de manifestação popular, esses grupos de oposição a essas ideias, utilizavam panfletos tanto para divulgar o seu princípio ideológico como para manifestar a sua oposição contrária à unidade de Guiné-Bissau e de Cabo Verde (SEMEDO, 2011, p. 107).

De acordo com uma das premissas de Panebianco (2005), esse comportamento se constitui um dos fatores que pode ter contribuído para a fragilização da organização, ou seja, a distribuição do que ele chama de incentivo coletivo e seletivo é indispensável para o controle de fatores que podem criar desequilíbrios na organização.

Até 1975, período de independência de Cabo Verde, a unidade proposta entre os dois países existia apenas no nível político do PAIGC e não institucionalmente em relação ao Estado-Estado. Depois da independência de Cabo Verde, os dois países congregaram esforços no sentido

de fazer marchar o objetivo ideológico e político de Amílcar Cabral: a unidade, isto é, fazer as instituições funcionarem de modo a alcançar o fim almejado - a unidade de Estado binacional, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Entre 1975 a 1979, verificaram-se algumas iniciativas em termos governamentais nos eventos conjuntos entre os dois países, como exemplo pode destacar que as individualidades político-governamentais e setores governamentais fizeram vários encontros no sentido de aproximarem as instituições e fazê-las funcionar na base de cooperação e trocas de experiências, “para realçar as Conferências Intergovernamentais, a reunião da comissão mista dos negócios estrangeiros, também fazer parte dessas iniciativas” (FERNANDES, 2007, p. 62).

Após o sucesso no campo militar sob o mérito da unidade binacional, com a conquista das independências dos dois países, no campo das ideias políticas pós-independências, instalou-se uma nítida contradição sobre o poder constitucional no seio do partido que deu as independências; e isso se torna notável com a aprovação da nova Constituição no dia 10 de novembro de 1980. Quatro dias após a mudança constitucional, o país conheceu a primeira alteração violenta da ordem constitucional, o “golpe de Estado” denominado pelos golpistas de “movimento reajustador”, que depôs o então Presidente da República, Luís Cabral. Ao observar o desenrolar das contradições no partido, Silva “concluiu que a unidade foi um fator de tensão e divisão dos independentistas, portanto, a explicação última das crises que o PAIGC atravessou desde o período da luta de libertação nacional e estava engasgado por algumas pessoas, foi resolvido naquele momento” (SILVA *apud* SEMEDO, 2009, p. 54).

Entretanto, alguns guineenses que faziam oposição à unidade, em particular, eram parte dos militantes do partido e observavam o projeto da unidade entre os dois povos como uma “outra” colonização, desta vez, do povo cabo-verdiano. Em razão disso, o alvo principal da contestação era o Presidente da República Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral. Para opositoristas, dentro do próprio PAIGC, uma das principais razões da crítica era o desequilíbrio de poder na administração pública entre os cidadãos nos dois países, tanto em Guiné-Bissau como em Cabo Verde; ou seja, a distribuição de cargos, como mostra Semedo, uma das suas entrevistadas achava que “houve falha por parte da direção do partido ao não conseguir garantir o equilíbrio da participação nos governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde” (SEMEDO, 2009, p. 54). Para uma das ex-combatentes, não houve a verdadeira unidade, pois, para ela, da mesma forma que havia a presença cabo-verdiana nos altos cargos administrativos civis e militares na Guiné-Bissau, deveria existir guineenses em Cabo Verde a ocupar funções semelhantes. Existindo isso, em sua opinião, poder-se-ia evitar o desmembramento da unidade. Entretanto, o que se constatava era o seguinte: na Guiné-Bissau havia cidadãos cabo-verdianos ocupando e dirigindo cargos de primeiro escalão na administração pública civil e militar, enquanto em Cabo Verde não havia um guineense desempenhando as mesmas funções (SEMEDO, 2009).

Porém, o outro motivo do golpe alegado por Vieira era a revisão constitucional de outubro de 1980, aprovada em novembro do mesmo ano, que, segundo João Bernardo Vieira, objetivou-se na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua identidade nacional. Também, segundo os golpistas, enquanto em Cabo Verde a Constituição não permitia a um guineense ser Presidente, o texto da Guiné-Bissau foi elaborado de forma a permitir que um cabo-verdiano fosse presidente e permitia que a pena de morte tivesse apenas em Guiné-Bissau e não em Cabo Verde (SEMEDO, 2009). A partir dessa análise, podemos entender que, - na verdade, - os guineenses reclamavam a unidade na igualdade entre os dois países e defendiam que essa unidade devia ser de fato e não ao ponto de favorecer a só uma parte.

Então, isso mostrava o claro desequilíbrio do poder nos dois países, dando razão aos opositoristas do projeto de Estado binacional que contestasse desde o período da luta de libertação nacional. Esses e outros fatos conduziram o país à sua primeira mudança constitucional de 1980.

Na mensagem evocada por João Bernardo Vieira, em comunicação enviada para Aristides Pereira (SEMEDO, 2009), o que vamos mostrar mais na frente, Vieira alegava que os acontecimentos de 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau, não tinham nada contra o pensamento de Amílcar Cabral e os fundamentos do partido. Para ele, os novos poderes na Guiné-Bissau, nomeadamente o Conselho de Revolução, eram formados por verdadeiros militantes do partido que estavam prontos e abertos para diálogo, uma vez que não houve nenhum desvio na linha política e ideológica do partido.²

Com relação ao processo de ruptura, após a tentativa de união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde em termos políticos, que aconteceu no período da fundação do PAIGC, conseqüentemente, ocorreu a luta de libertação nacional, com os mesmos objetivos e ideais, que se concretizou com êxito, na qual os dois países saíram vencedores tornando-se independentes de Portugal.

Após as independências dos dois países, o assunto que tinha ficado engavetado, mesmo que alguns não concordassem com o projeto ideológico e político de Amílcar Cabral sobre a união orgânica entre os dois países, voltou à tona entre os prós e os contras. Com as instituições funcionando normalmente em ambos os países, várias tentativas “anti-unidade” da Guiné-Bissau e de Cabo Verde foram levantadas, estas perpetradas por alguns militantes do partido e também por grupos nacionalistas guineenses na oposição. Mas, tudo isso foi feito durante o mandato do Presidente Luís Cabral (1973-1980), porque após 14 de novembro de 1980 todas as iniciativas iriam a baixo (FERNANDES, 2007), como veremos a seguir.

² Informação retirada do Dossiê Golpe de Estado na Guiné-Bissau, de 1980, de João Bernardo Vieira para Aristides Pereira, em 17/11/1980 (SEMEDO, 2009).

Com golpe de Estado liderado por João Bernardo Vieira “Nino”, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação de um conselho, chamado de Conselho de Revolução, o qual extinguiu do partido todas as suas responsabilidades e atividades políticas na Guiné-Bissau. Este fato denotava certo interesse em provocar ruptura com a ala cabo-verdiana do PAIGC da unidade entre os dois países e, conseqüentemente, do Estado binacional. Esta intenção rapidamente se materializou em trocas de mensagens³ entre o líder golpista, o comandante de brigada João Bernardo Vieira “Nino”, e o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Maria Pereira (em Cabo Verde), justificando a ação e a introdução de uma nova instituição que a ala cabo-verdiano considerou estranha ao PAIGC, conforme podemos observar na citação de Semedo:

Nino Vieira

[...]. Estamos prontos e abertos para discussões com o camarada secretário-geral sobre os acontecimentos de 14 de novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabral. Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o camarada secretário-geral poderá daí tirar as conclusões que entender.

Aristides Maria Pereira

[...]. Sendo assim, pensamos que é tempo de cada um assumir de fato a sua responsabilidade frente ao seu povo, à África e à história. Nem os dirigentes de Cabo Verde, nem o povo cabo-verdiano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhes não só pela situação criada na Guiné, mas também pelas conseqüências do golpe de Estado na vida do partido e no projeto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis nacionais da Guiné Bissau. Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia (SEMEDO, 2009, p. 60-61).

Como podemos constatar nas mensagens entre os dois líderes, a ruptura foi decidida entre os dois, João Bernardo Vieira “Nino” e Aristides Maria Pereira. No entanto, as duas autoridades viram no golpe do Estado uma válvula de escape para se livrarem um do outro. Com este fato, também houve corte das relações entre os dois países, não lhes restando nenhuma hipótese de reconciliação; aos dois países, só faltava liquidar o PAIGC no seu aspecto formal, porque, na prática, o partido, como entidade binacional, deixou de existir desde 14 de novembro com a criação do Conselho de Revolução (SEMEDO, 2009).

Posteriormente, com o fim do projeto político-ideológico sobre a unidade do Estado binacional, alguns autores não se sentiram satisfeitos com o que aconteceu, tal como Silva (2010), que demonstrou a sua insatisfação e fez a seguinte leitura: se o golpe como pensava os guineenses, livrou a Guiné-Bissau definitivamente da injusta prática de unidade com cabo-

³ Salienta-se que os referidos textos foram extraídos de anexo de Semedo (2009).

verdianos, por outro lado, Cabo Verde livrou-se definitivamente da crônica confusão dos guineenses.

Sobre os motivos do golpe de Estado de 1980, percebe-se que não tem um entendimento claro e/ou não esclareceram os seus motivos, principalmente, pelo que podemos perceber de ambas as partes, porque com a troca de acusações entre os seus líderes, podemos fazer uma análise com mais clareza para esclarecer melhor o assunto. Alguns estudiosos refletiram sobre os mais diversos motivos que levaram ao golpe de 1980, entre eles, Nóbrega (2003), que apresenta outras razões além das mencionadas anteriormente sobre o motivo de golpe de Estado. Para ele, o golpe aconteceu em função da situação econômica calamitosa, do descontentamento na antiga Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP) e da “repressão da repressão”. O mesmo autor ainda aponta que entre os fatores mais salientes do golpe de Estado de 14 de novembro se encontram “as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional desejado pelo PAIGC, mas mal aceite e mesmo mal vivido pelas populações dos dois países destinados à união” (NÓBREGA, 2003, p. 131).

Ainda sobre tais motivos, Nóbrega afirma que:

o núcleo de conspiradores era exclusivamente constituído por guineenses. Mais do que a morte de Cabral, os seus objetivos eram conseguir lugar a que se achavam com direito no comando do partido. Nos seus entendimentos não era lógico nem aceitável que uma escassa centena de homens, majoritariamente não combatentes, possuísse um peso político muito superior ao dos milhares de combatentes guineenses que diariamente empenhavam as suas vidas nas frentes de combate (NÓBREGA, 2003, p. 209).

Outro fato interessante, que é importante ressaltar sobre esse acontecimento, é que “O golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 não deixou de ser uma ‘mudança na continuidade’” Revolução (FERNANDES, 2007, p. 102). Isso, porque não foi alterado o modelo político vigente, a equipe governamental, praticamente, continuou a mesma, sendo renomeados os mesmos para o governo provisório,⁴ que ficaram até 1984. “Com Luís Cabral, houve, sobretudo falta de solidariedade política por parte dos seus ex-membros de governo” (FERNANDES, 2007, p. 102). Fato este questionado por Pedro Pires,⁵ que, em um dos seus argumentos, diz que não era “razoável aceitar que um governo destituído pela força das armas, por causa da corrupção, repressão das liberdades, má gestão econômica do país, atribuir todas essas culpas a uma pessoa”, no caso, o Presidente da República, “a respeito das acusações que o Conselho da Revolução concentrava nele; Conselho este que incluía todos os seus ministros” e que

⁴ “O Governo Provisório e o Conselho da Revolução asseguraram a governação do país até 1984, data em que viriam a ser realizadas eleições para Assembleia Nacional Popular e nomeação de um governo definitivo” (FERNANDES, 2007, p. 102).

novamente foram nomeados para cargos de primeiro escalão no novo governo do chamado Conselho de Revolução (FERNANDES, 2007, p. 102-103).

O golpe de Estado na Guiné-Bissau de 1980 provocou uma crise política no seio do PAIGC, que, com o seu próprio desenvolvimento, tornou-se de difícil resolução entre os dois países e os dois chefes de Estado. A institucionalização do Conselho da Revolução como órgão do poder na Guiné-Bissau foi considerada por ala cabo-verdiana do PAIGC, em termos político, ideológico e organicamente estranho ao PAIGC e teve como consequência o bloqueio das estruturas da direção supranacional do partido, esvaziando-as do seu conteúdo. Na sequência dos acontecimentos entre as duas estruturas partidárias nos dois países, em Cabo Verde, os grupos reuniram-se rapidamente para definir as suas reorientações políticas e partidárias, como podemos observar na análise de Fernandes:

a proclamação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde não foi de todo modo pacífico. Afirma Olívio Pires que “muitas pessoas exprimiram a intenção de continuar com o PAIGC. Só que isso significava fazer pacto com os golpistas, o que seria cúmulo da incongruência”. Carlos Reis recorda que houve também quem durante o encontro, tivesse defendido que o novo partido não deveria ter nada com o PAIGC, o que constituía também um corte total com o passado, até com a África, mas que essa ideia não vingou. Chegou-se à conclusão que se devia assumir o lastro histórico político do PAIGC [...] como é sabido não foi o Congresso a destruir o alicerce do PAIGC e próprio partido enquanto entidade binacional, mas um golpe de estado um tanto quanto confuso nos seus propósitos. [...]. Se o golpe de estado na Guiné-Bissau abriu o caminho para o fim do projeto da unidade, segundo as autoridades cabo-verdianas, estas acabaram por acelerar o processo. No discurso do encerramento do I Congresso do PAICV [Partido Africano para Independência de Cabo Verde], Pedro Pires, eleito como Secretário-Geral adjunto do partido, levantou a seguinte questão: Porquê uma ruptura com a unidade? Não coibiu em responder: Repetimos que foi o golpe de 14 de novembro, mais as declarações e os atos dos seus autores, na busca de uma legitimação apressada, na busca da fundamentação do seu golpe, que destruíram efetivamente o PAIGC e o projeto da Unidade. [...] O rompimento do princípio da política da unidade é, portanto, da exclusiva responsabilidade dos autores do golpe de Bissau. [...] **A ruptura política com a Guiné-Bissau, e a criação de um partido nacional autónoma**, implicava também uma revisão de algumas normas do texto constitucional. Aliás, o próprio Congresso do PAICV na sua resolução geral, exorta os órgãos do Estado a providenciarem no sentido da adequação das leis e instituições do país à realidade política atual (FERNANDES, 2007, p.115, grifo nosso).

A partir dessa observação, podemos ver que o acontecimento de 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau abriu uma nova página na história de cada um dos países, que, posteriormente, passariam de uma democracia revolucionária para uma democracia liberal.

Hodiernamente, entre os analistas guineenses, existe uma grande maioria que aponta que a alteração de 1980 contribuiu para posteriores instabilidades e fragilização de poder do partido

⁵ Na época, Primeiro-Ministro de Cabo Verde e Presidente de Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC.

(PAIGC) que desde a independência tem governado o país e mantido no poder em diferentes ocasiões, em termos de capacidade estatal e dinamização do desenvolvimento, uma vez que o partido não tinha quadro administrativo suficiente para dar conta dos desafios que o país enfrentava e que, mais tarde, foi responsável por um conflito armado de junho de 1998 que durou 11 (onze) meses. Já no aspecto econômico, o país, além de perder a parceria cabo-verdiana que era um estratégico mercado consumidor, “deixou desaparecer mais de meia dúzia de pequenas unidades de fábricas que haviam sido instaladas para beneficiar a matéria-prima local e rentabilizar a economia com a entrada de divisas”. Esses dois cenários provocaram gradativamente o agravamento do problema social, com o crescimento do desemprego e a constante desvalorização do Peso⁶ (SEMEDO, 2009, p. 62). O fracasso na estruturação econômica e a pressão externa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) obrigaram o PAIGC a liberalizar o mercado para ganhar mais credibilidade junto aos parceiros econômicos internacionais em meados nos anos 1980.

As transformações ocorridas na Guiné-Bissau alteraram a história do Estado binacional que começou a ser construída a partir de 19 de setembro de 1956 com a fundação do PAIGC. A nova história se construiu e, simultaneamente, desconstruiu a do partido, fazendo com que de 1980 em diante o líder golpista na época, João Bernardo Vieira “Nino” passasse a ser um líder absoluto com todas as prerrogativas da concentração de poder.

Em Cabo Verde, os separatistas foram mais radicais, decidiram logo em janeiro de 1981 alterar a sigla PAIGC para PAICV, mantendo os símbolos como a Bandeira e Hino Nacional que, após a abertura política e primeira alteração no poder no início dos anos 1990 foram mudados também (SEMEDO, 2009, p. 63). “Como disse o presidente Aristides Maria Pereira, para demarcar a situação provocada na Guiné-Bissau. Os guineenses, por seu turno, optaram pela manutenção dos símbolos históricos como forma de preservar a memória coletiva do partido” (SEMEDO, 2009, p. 65). Parece-nos que a manutenção da sigla PAIGC pelas autoridades de Guiné-Bissau assenta-se no passado histórico do referido partido. As teses do Congresso argumentam que o mesmo foi fundado no seu território, que a luta armada de libertação também nele se realizou e que a maioria dos militantes, responsáveis e dirigentes eram cidadãos guineenses. Mas, o que não se conseguiu preservar foi o processo de desenvolvimento em curso que, logo após a ruptura, entrou em declínio porque se desarticularam os cérebros do partido, como também já mencionamos anteriormente.

A luta pela unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, levada a cabo pela ideologia política de Amílcar Cabral, que lhe custou à própria vida, não foi alimentada apenas pela

⁶ O Peso foi a moeda nacional instituída no país em 1977 pelo PAIGC, que tirou de circulação o Escudo português que vigorava durante a colonização e depois nos primeiros três anos da independência.

motivação de unir dois povos separados pela prática da escravatura e da política colonial. “Cabral também percebeu que a união faria de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, sobretudo levando em conta a situação geoestratégica de Cabo Verde, um Estado unitário forte dentro de África”, pois, como ele mesmo chegou de afirmar, um dirigente africano lhe disse “Vocês são inteligentes”. Ao ser perguntado por que, ele disse que conhecia a história do povo na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, acrescentando: “Se vocês conseguiram de fato o que estão a fazer, apesar de uma terra pequenina, vocês hão de ser um país forte dentro de África” (CABRAL *apud* FERNANDES, 2007, p. 54).

O que podemos tirar disso como lição para Guiné-Bissau, de forma geral, independentemente da leitura que podemos fazer hoje, é que o fim da unidade estabeleceu uma nova ordem nas dinâmicas políticas, econômica, social e cultural em cada um dos países. Se, por um lado, confirmou-se a necessidade de não desperdiçar os cérebros; por outro, ficou a lição de que a violência, além de ser inimiga da ordem, altera o diálogo e obstaculiza o desenvolvimento. Entretanto, além dos obstáculos que o regime militar causou a si próprio em não permitir as diferenças ideológicas, o golpe de Estado de 1980 representou o adiamento da possibilidade de o PAIGC evitar futuros conflitos e assumir a governação com mais tranquilidade, o que infelizmente até hoje não se consubstanciou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as questões mencionadas acima, além de serem complexas em termos de análise e sua sistematização, nesse caso, os dois países, em termos de poder político, não conseguiram estabelecer uma unidade nacional em cada país, que é um requisito necessário para consolidação e estabilidade de uma nação e, posteriormente, consolidação e desenvolvimento em termos de projeto de Estado binacional. No entanto, para que haja unidade para o progresso social dos membros que integram uma nação, essa unidade deveria ser uma unidade nacional com vista a um projeto político-social desenvolvido pelos seus Estados e, conseqüentemente, pelos governos com seus atores, no sentido de manter uma linha clara dos seus objetivos. A unidade binacional, concebida com um projeto político-social, pressupõe uma convergência dos interesses dos seus membros. Também, quando falamos de unidade, estamos falando de uma unidade à volta dos objetivos econômicos, sociais e culturais do país.

A possibilidade de materialização destes objetivos só pode ser garantida por uma convergência de opções políticas e ideológicas dos atores engajados neste processo. A clareza da linha do desenvolvimento econômico, social e cultural, dada a partir da opção político - ideológica feita facilitará a mobilização dos membros da sociedade, pois nelas estarão bem ilustrados dos seus anseios. Entretanto, no nosso ponto de vista, o que de fato representa e pode

representar grandes ameaças à unidade binacional são as desigualdades sociais que se manifestam, por exemplo, através da não democratização da educação, das grandes disparidades sociais e diferenças na distribuição da riqueza nacional.

Por fim, não podemos tirar a conclusão de que Cabral tivesse falhado na sua análise ideológica e política de um Estado binacional, mas talvez porque certos militantes e grupos dos guineenses e cabo-verdianos do PAIGC não tivessem conseguido alcançar a profundidade e a própria razão de ser dos fundamentos dessa unidade. No mais, podemos deduzir que a imaturidade política dos seus principais mentores foi o principal impedimento de uma relação aprofundada com a população e da formulação de uma mensagem mobilizadora que os fizessem compreender a grandeza do projeto. Essa análise de conjuntura dos fatores que levaram os dois países a empreenderem um projeto que iniciou em 1956 e terminou em 1980, é de extrema relevância por também trazer pistas aos que se interessarem sobre esse aspecto importante da historiografia guineense e cabo-verdiana. Também diante destes aspectos conjunturais da independência a partir do PAIGC, através do processo da descolonização da Guiné-Bissau e Cabo Verde que se enquadram no fenômeno da descolonização geral da África, foi considerado um dos melhores movimentos nacionalistas surgidos na década de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DJALÓ, Ibrahima. Contribuição para uma reflexão: educação multilateralismo e unidade nacional. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA. **A construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe**. Colóquio INEP/Codesria/Unitar. Bissau: INEP, 1989, p. 199-218.

FERNANDES, Antonio da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, Porto, 2007.

HANDEM, Diana Lima. A historicidade da construção nacional na Guiné Bissau. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe**. Colóquio INEP/Codesria/Unitar. Bissau: INEP, 1989, p. 267-280.

NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas, 2003. v. 1.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné Bissau (1974 a 1990)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau: administração colonial/nacionalismo/constitucionalismo**. Coimbra: Almedina, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes (2011). O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais. *Tensões Mundiais*, vol. 7, n.13, p. 95-115, Fortaleza - CE 7, dez. 2012.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido em: 04/02/2020

Aprovado em: 09/12/2020